



Resistência e Melhoria Habitacional: reflexões sobre uma atuação dialógica junto à Comunidade Indiana na cidade do Rio de Janeiro

Resistance and Housing Improvement: reflections on a dialogical performance with the Indiana Community in the city of Rio de Janeiro

***Maria Paula Albernaz¹, PROURB/FAU/UFRJ,
mpaula.albernaz@gmail.com.***

***Fernando Cesar Negrini Minto², PROARq/FAU/UFRJ,
fernando@materiabase.com.br***

¹ professora adjunta da FAU/UFRJ e pesquisadora do PROURB/FAU/UFRJ. Doutora em Geografia e mestre em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ. Foi diretora adjunta de extensão (2010-2014) e desde então coordena projetos de extensão com apoio do MEC e da UFRJ.

² doutorando PROARq/FAU/UFRJ, coordenador do ateliê Terra do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Santa Úrsula.

Malu França Brasil³, EMAU Abricó FAU/UFRJ,
frm.malu@gmail.com

Huani Quintanilha Felinto⁴, EMAU Abricó FAU/UFRJ,
hqfelinto@gmail.com

³ graduando de arquitetura e urbanismo e membra do Abricó EMAU FAU/UFRJ, bolsista do projeto de 2014 a 2016.

⁴ graduando de arquitetura e urbanismo e membro do Abricó EMAU FAU/UFRJ, bolsista do projeto de 2014 a 2016.

RESUMO

Este artigo se propõe a refletir sobre as contribuições universitárias na resistência à permanência em assentamentos irregulares e busca por melhorias habitacionais, tendo como premissa o permanente diálogo entre academia e residentes, motivado pela crença na expropriação da discussão sobre a produção do espaço urbano de parte dos atores da cidade. Parte-se do pressuposto de que compartilhar conhecimento técnico e contribuição empírica produz um bem coletivo com sustentabilidade que servirá na mediação entre comunidades e poder público, além de contribuir para estudantes amadurecerem sua compreensão arquitetônico-urbanística da produção habitacional e da cidade ao revelar a realidade política, social e geográfica. A experiência na Comunidade Indiana, favela carioca com 887 habitantes, no âmbito de projetos de extensão universitários que vêm sendo realizados há três anos, é o material empírico para reflexão. O Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, a Comissão de Moradores da Indiana, a Associação de Moradores de Indiana e o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro são os parceiros desses projetos. As referências teórico-metodológicas para atuação são o pensamento acerca da pedagogia emancipatória, da prevalência de aspectos sociais na questão da moradia, da necessidade de engajamento e entendimento do contexto político. Para reflexão, apresentam-se as ações desenvolvidas divididas em: resposta a demandas institucionais, construção de vínculos com a população envolvida e processo de planejamento. Comenta-se ao final acerca dos avanços vislumbrados e atuais impasses que impedem uma continuidade no processo.

Palavras Chave: extensão universitária; atuação em favelas; Comunidade Indiana; cidade do Rio de Janeiro

ABSTRACT/RESUMEN

This article aims to reflect on university contributions to the resistance of slums permanency and the quest for housing improvements, based on the permanent dialog between the academy and the residents, motivated by the belief of expropriation of the debate on the production of urban space by part of the actual actors. It starts on the assumption that sharing technical knowledge and empirical contribution produces a collective good with sustainability that will serve for mediation between the communities and the State, besides helping students to grow in urban-architectural comprehension of the housing production and the city by showing the political, social and geographical reality. The experience of Indiana Community, a favela with 887 inhabitants in Rio de Janeiro, in the scope of university extension project that have been developed for three years, is the empirical material for reflection. The Model Office of Architecture and Urbanism of Faculty of Architecture and Urbanism of UFRJ, the Committee of Residents and the Nucleus of Land and Housing of the Public Defense of the State of Rio de Janeiro are partners in this project. The theoretical-methodological references used are the thoughts about emancipatory pedagogy, the prevalence of social aspects in the housing field, the need of participation and understanding of the political context. To be reflected, developed actions are separated in: answer to institution demand, bonds created with population involved and the process of planning. Remarks in the end about the glimpsed progresses, and current impasses that stop the continuity of the process.

Keywords: university extension, projects in favelas, Indiana community, city of Rio de Janeiro

INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

Este artigo se propõe a refletir sobre possíveis contribuições de discentes e docentes universitários na resistência à remoção de moradores dos assentamentos irregulares e na busca por melhorias na habitação, tendo como premissa básica o permanente diálogo entre o meio acadêmico e os residentes em todo processo, motivada pela histórica condição imposta pela trama da produção do espaço urbano que expropria parte dos atores da discussão. É necessário que se construa espaços para o questionamento, entendimento, reflexão e, principalmente, denúncia. Faz-se necessária a construção de um entendimento comum das estruturas políticas (e suas vontades) para que de fato se conheça as estratégias contra as quais se resiste. Parte-se, aqui, do pressuposto de que o compartilhamento do conhecimento técnico e da contribuição empírica produz um bem coletivo com sustentabilidade que servirá de articulação e mediação entre comunidades e poder público. As pessoas envolvidas se tornam agentes ativos na organização espacial do ambiente construído, para realmente entenderem seus padrões de uso e sentirem-se emponderadas nas mudanças através do tempo.

Além disso, numa perspectiva dialógica, o envolvimento de um grupo de estudantes em atuação em assentamentos irregulares também contribui no amadurecimento da sua compreensão arquitetônico-urbanística da produção habitacional e da cidade ao revelar a realidade política, social e geográfica. Apresenta-se uma oportunidade de construir uma ação – oferecida aos estudantes do início até o final da graduação - para uma vivência acadêmica pautada no exercício de um aprendizado de natureza distinta daquele aplicado recorrentemente em sala de aula, fundamentado pelo conhecimento das experiências/ vivências da população destinada, exigindo um engajamento mais amplo e uma abordagem transdisciplinar que extrapolem o conhecimento técnico previsto na grade curricular. Avaliou-se a importância de absorver um aprendizado para além dos limites do conhecimento arquitetônico-urbanístico tradicionalmente transmitido, envolvendo um estudo do funcionamento de mecanismos de poder e da importância das relações interpessoais, que por sua vez, repercutem em um enriquecimento do processo projetual, prática profissional da arquitetura e urbanismo.

Neste sentido, a participação do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo EMAU/UFRJ foi fundamental. Os Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo são uma resposta da iniciativa estudantil, proveniente da discussão no âmbito dos encontros da FENEA - Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo, a partir do debate acerca da vivência e das práticas dos estudantes de arquitetura durante a graduação, para extrapolar a experiência da sala de aula e encontrar formas de contatos constantes entre sociedade e universidade, de modo que cada indivíduo envolvido entenda a importância dessa relação e a sua responsabilidade pessoal e profissional na mesma. Assim, se propõe a uma prática do campo disciplinar que afirme um compromisso com a realidade social através de uma atuação junto das comunidades mais pobres. O aspecto fundamental a ser buscado é o intercâmbio de saberes de maneira horizontal com as populações envolvidas, sem hierarquização e com o exercício do diálogo entre as partes comprometidas, para encontrar soluções condizentes com as necessidades e demandas em locais não contemplados pelo mercado formal.

O material empírico utilizado para reflexão foi a experiência realizada no âmbito de dois projetos de extensão: “Trocando os saberes: capacitação dialógica entre estudantes e moradores para melhoria de habitações nos assentamentos irregulares”, realizado com apoio financeiro do Ministério de Educação e Cultura (MEC) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2015;

“Projeto Aproxima - transferência de conhecimento pela aproximação entre a graduação em arquitetura e urbanismo e a sociedade civil de baixa renda, através da criação do EMAU e do Canteiro Experimental Integrado da FAU – UFRJ”, que vem sendo realizado já há três anos com apoio da UFRJ. Essa experiência envolve ações voltadas à permanência dos moradores da na Comunidade Indiana – favela carioca com 887 habitantes⁵, e à formulação de propostas urbanísticas e arquitetônicas para melhoria habitacional, tendo como protagonistas o Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ (Abricó-EMAU/UFRJ), a Comissão de Moradores da Indiana, a Associação de Moradores de Indiana e o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

No âmbito dos projetos de extensão referidos acima, ações de naturezas distintas já foram realizadas com exercício do diálogo entre as partes comprometidas, ressaltando-se: atualização de levantamentos físicos, estudo da situação de risco das casas, apoio ao cadastro social dos moradores em conjunto com o órgão governamental responsável, proposições para apropriar áreas coletivas, elaboração de pareceres para assistência jurídica, além de eventos de mobilização e interação. Para discussão sobre as possíveis contribuições do meio acadêmico aos setores da sociedade mais vulneráveis dividimos o artigo em blocos correspondentes a naturezas distintas das ações desempenhadas, comentando ao final acerca dos avanços vislumbrados e dos atuais impasses que impedem uma continuidade no processo.

1.2 O CONTEXTO DA ATUAÇÃO EXTENSIONISTA

Indiana é uma favela com mais de 50 anos de existência e 298 domicílios², localizada no bairro da Tijuca, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, em região dotada de privilegiadas condições de infraestrutura e serviços urbanos, e igualmente de oportunidades no mercado de trabalho. Grande parte dos moradores trabalha na região ou mesmo dentro da própria favela, especialmente em atividades de prestação de serviços e no comércio. Está praticamente nas bordas da principal artéria do bairro, com transporte facilitado para toda metrópole, além de proximidade com equipamentos de diferentes naturezas. Situa-se em uma área abaixo do nível do logradouro público que lhe dá acesso, que compreende uma faixa estreita ao longo das margens do Rio Maracanã que se prolonga por um terreno quase plano mais alargado, no qual se concentra um maior número de moradias. Essa área é separada apenas por uma rua do Complexo de Favelas do Borel, um dos maiores da cidade que se estende pelas encostas do Maciço da Tijuca. (Ver figura 1)

⁵ Censo IBGE 2010.

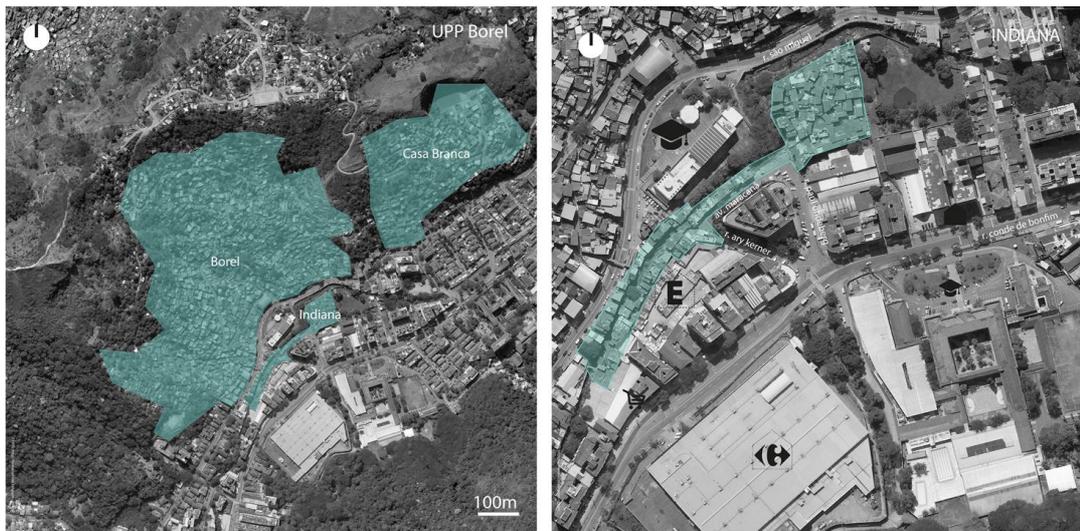


Figura 1: Mapa do entorno geral e imediato da Favela Indiana. Fonte: banco de dados Abricó EMAU UFRJ

Essas características geográficas são as principais responsáveis pelos conflitos que levaram à atuação da Universidade na Comunidade e também pelos atuais impasses para sua continuidade. A motivação para interação com Indiana originou-se de solicitação à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU-UFRJ) por parte do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, parceira do projeto, para assessoria técnica no atendimento jurídico à Comissão de Moradores em conflito gerado pela oferta de moradias para reassentamento por parte da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em 2013 – aceito por alguns, e recusado por outros - e consequente, ameaça de demolir casas e degradar o assentamento. Por depoimentos dos moradores, a iniciativa do executivo municipal – até hoje não totalmente esclarecida - se deveu em grande parte ao interesse pela integração dos terrenos ocupados ao tecido formal contíguo pelo seu alto valor no mercado imobiliário, sobretudo, após a recém-inaugurada estação de metrô Uruguai, distante cerca de dois quilômetros da Comunidade.

A pressão exercida pelo poder público criou um conflito intenso dentro da comunidade - proposital segundo opinião de alguns de seus moradores, já que se constituía em um dos maiores entraves à resistência às remoções. Desde o início da atuação da prefeitura na Comunidade, os moradores se dividiram entre os que resistiam ao reassentamento e queriam ficar na favela, e os que aceitavam a proposta municipal de - mediante a demolição de suas respectivas casas - se mudar para um complexo residencial recém-implantado no âmbito do programa do governo federal “Minha Casa Minha Vida”, situado no bairro suburbano de Triagem. O problema levantado pelos que queriam permanecer era o conjunto de espaços residuais gerados com a demolição e seus respectivos entulhos, que entre outros problemas acarretariam a intensificação da poluição do rio Maracanã, a proliferação de vetores e consequente aumento de doenças., e ainda a ameaça de desestabilização estrutural à contiguidade e concentração das casas.

Os conflitos internos gerados pela intervenção municipal que desestabilizaram a união dos residentes da Comunidade, não se restringiram aos embates pela permanência dos moradores. O contágio se deu na divisão da população na tumultuada discussão em torno da destinação de casas desocupadas ou espaços residuais das demolidas. Nessa disputa, origem dos impasses para continuidade da atuação da Universidade, interfere fortemente – segundo depoimentos de moradores – grupos criminosos implantados no Complexo do Borel que têm expressiva presença

manifesta no Complexo apesar deste contar com a instalação de uma Unidade Pacificadora da Polícia (UPP) pelo governo estadual.

1.3 QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO

O pensamento relativo à pedagogia crítica na arquitetura social é uma das principais referências teórico-metodológicas para atuação junto à Comunidade Indiana. Nesta perspectiva o potencial emancipatório das relações dialógicas proposto por Paulo Freire (2001), através da participação, transparência e estrutura da experiência, assume um papel fundamental. O autor reitera que “uma vez a pessoa percebe um desafio, entende ele reconhece a possibilidade de resposta, ele age. A natureza dessa ação corresponde a natureza de sua compreensão.” Na obra “Pedagogia da Autonomia” Paulo Freire (2011) também esclarece a necessidade de se negar a “inercia do hábito”, numa tentativa de dar margem a novas descobertas. Um grupo externo, muitas vezes provocador, dispara, certamente, reflexões reprimidas pela rotina muitas vezes inebriante. Neste contexto a presença dos estudantes no ambiente da comunidade rompe com o cotidiano e cria tempo e espaço para a reflexão sobre a realidade.

São também preocupações presentes as referentes ao modelo de desenvolvimento brasileiro que produziu ao longo do tempo, cidades caracterizadas em parte pela ilegalidade urbanística, gerando imensos trechos do tecido urbano nos quais o direito à cidade é quase inexistente, como as favelas existentes na cidade do Rio de Janeiro. Como resultado, parcelas significativas da população não têm acesso aos benefícios da urbanização, e vivem em um padrão de crescimento no qual predominam a precariedade e a violência, deixando-as em situação de vulnerabilidade social e política.

Numa perspectiva crítica de compreensão das questões sociais postas ao lidar com grupos da população de menor poder aquisitivo, foi considerada a importante ponderação de Friedrich Engels em seu trabalho clássico “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, quando aponta ser necessário atentar para a origem dos problemas desta classe. Segundo ele, a crise do alojamento se dá, principalmente, pela exploração da classe trabalhadora pela classe dominante. Para tanto, é esta relação exploratória e opressora que deve ser combatida. No contexto de então, o processo migratório do campo para as cidades é que devia ser revisto para que se as moradias tivessem condições salubres e dignas. Uma observação análoga pode ser observada nos apontamentos de Sergio Ferro na obra “Arquitetura e trabalho livre”, quando se refere à questão da casa popular que segundo o autor “não será nunca resolvida se não atingirmos o que está mais embaixo ainda, que é o sistema global de exploração global do trabalhador” (FERRO, 2006). Engels e Sérgio Ferro, portanto, deixam bastante claro que a solução para a crise da moradia não se dará apenas com o provisionamento habitacional.

Neste sentido, Lefebvre contribui ainda ao comentar que: “Apenas grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar das, e levar até a sua plena realização, soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornará a obra”. (LEFEBVRE, 2001, p.113). Trata-se de desfazer estratégias e ideologias dominantes na sociedade atual.

“Não parece que esses modelos possam resultar seja de um simples estudo das cidades e dos tipos urbanos existentes, seja de uma simples combinação de elementos. As formas de tempo e de espaço serão, salvo experiências em contrário, inventadas e propostas à práxis. Que a imaginação se descobre, não o imaginário que permite a fuga e a evasão, que veicula ideologias, mas sim o

imaginário que se investe na apropriação (do tempo, do espaço, da vida fisiológica, do desejo)". (LEFEBVRE, 2001 p.114)

Esta última afirmação do Lefebvre propicia acrescentar no quadro referencial teórico-metodológico uma nova questão colocada por Vitorio Gregotti (2004) acerca do trabalho no campo da arquitetura e urbanismo:

"... a da racionalidade e cientificidade do procedimento projetual e de seus sistemas de controle nas diversas fases de coleta e análise de dados, de sua seleção e utilização, de verificação da eficiência dos resultados, da previsão dos objetivos. Este problema suscita outro mais amplo e geral: o da relação entre pesquisa científica e pesquisa projetual em arquitetura". (GREGOTTI, 2004).

Em última instância o que Gregotti indica é a necessidade de relativizar os dados, de não se deixar levar pela primeira impressão ou qualquer informação sem o exercício da análise, sem o entendimento de um contexto mais amplo, político.

"Devemos, no entanto, duvidar continuamente da objetividade dos dados, pois, estes, de um lado, chegam a nós de algum modo institucionalizados por experiências precedentes e amiúde longínquas, de outro, porque os dados que analisamos adquirem sentido somente a partir da conexão, de sua organização, e o seu modo de chegar a nós é, muitas vezes, o de uma ordenação voltada para objetivos bastante alheios à arquitetura". (GREGOTTI, 2004, p.25).

Na arquitetura, o espaço entre o desejo e sua satisfação que atribuímos ao projeto, é particularmente amplo e complexo.

2. RESPONDENDO DEMANDAS INSTITUCIONAIS

2.2 ASSESSORIA TÉCNICA NOS TRÂMITES JURÍDICOS

A ação inicial da Universidade junto à Comunidade Indiana se deu em março de 2014 em resposta ao primeiro apelo de assessoramento técnico lançado pelo Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Tratava-se de vistoriar casas identificadas pela prefeitura municipal para demolição com intuito de verificar suas condições de habitabilidade ou seu estado de vulnerabilidade. Um parecer foi elaborado⁶ já apontando na ocasião a ambiguidade e fragilidade de todo o processo de reassentamento, pois se vislumbrou a impossibilidade de discriminação nas diversas das casas listadas para demolição de motivação estrutural ou sanitária que justificasse tal decisão. Observou-se ainda que, mesmo consideradas insalubres, algumas das unidades poderiam passar por um processo de reforma ou melhoria, num custo financeiro e social muito inferior aos da demolição.

Esta primeira fase desencadeou uma nova série de atividades. Num segundo momento o coletivo opta por aprofundar ainda mais no envolvimento com a comunidade. Frente à situação apresentada, o grupo em consenso decide extrapolar as indicações meramente técnicas, relacionadas aos aspectos edíficos, e faz a avaliação crítica, de caráter mais político, com o envolvimento da comunidade. Neste sentido, o apoio à Defensoria Pública exigiu por um lado ampliar o alcance do próprio campo disciplinar, abrangendo, por exemplo, o reconhecimento da

⁶ Realizadas pela professora da FAU-UFRJ Luciana da Silva Andrade e pelo engenheiro José Simões, acompanhados de técnicos da Defesa Civil e da Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

área objeto de atuação – a Comunidade Indiana – passando do estudo restrito do seu espaço físico para a análise da sua relação com o bairro, com a região e com a cidade; por outro, estender o escopo temático da atuação, para fundamentar o posicionamento a ser compartilhado com a Defensoria em favor da inclusão social e urbana.

A partir de então, uma nova agenda se fez presente dinamizando a relação entre os representantes da comunidade, discentes, docentes e parceiros dos projetos. Além do escopo inicial, incorporam-se neste novo cenário atividades de compreensão do território e de apreensão dos processos e linguagem utilizados no trabalho. A intenção principal foi a de, durante todo o processo, horizontalizar conhecimentos – tanto os técnicos da assessoria como os conhecimentos pregressos dos não técnicos – no intuito tornar o mais equânime possível à capacidade de participação de cada um, dentro de suas competências. Foi também indispensável um trabalho de formação e de capacitação interdisciplinar da equipe técnica. Leituras coletivas por discentes e docentes, participação em oficinas e seminários internos e externos, com a participação de outros parceiros dos projetos e incorporando as questões relativas ao direito à cidade e à moradia aos problemas técnicos arquitetônicos e urbanísticos, foram atividades indispensáveis para responder de forma coerente às demandas de assessoria técnica nos trâmites jurídicos. O apoio oferecido pela Universidade foi por duas vezes – em audiências públicas distintas ocorridas durante a vigência dos projetos de extensão⁷ – considerado de grande valia.

Na primeira audiência, um aspecto inesperado da atuação do meio acadêmico foi o fortalecimento oferecido à parte mais fragilizada, ou seja, à própria defensora e aos moradores, pela simples aliança institucional. A Universidade foi convidada pela Defensoria a ter assento na sala da sessão durante o julgamento. O posterior desinteresse na desocupação da Indiana provocado na prefeitura, revelado até mesmo no descumprimento do prazo e desleixo do material apresentado como plano de demolição das residências, exigência da juíza nessa audiência, pode de certa forma ser atribuído à força obtida.

Na segunda audiência, o reforço da Universidade se voltou para elaboração de um parecer técnico que se tornou para a Defensoria a peça principal de argumentação em prol do planejamento e projeto urbanístico antecedendo a demolição de casas na Indiana pelo executivo municipal. Também passou a ser utilizado como um material informativo básico do processo jurídico na esfera interna da Defensoria. Atualmente, é ainda considerado um insumo de relevância para reclamar futuramente a regularização urbanística e fundiária da Comunidade. Destaca-se que o teor do parecer não se limita a considerações arquitetônicas e construtivas, como o adensamento, a aeração e iluminação, a reciprocidade estrutural; aborda também com a mesma intensidade, problemas urbanos e ambientais, como o déficit habitacional, a função social da cidade, instrumentos urbanísticos, infraestrutura, equipamento e serviços urbanos.

2.2 EM BUSCA DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

O entendimento da importância dos processos de titulação nos assentamentos precários pelo seu efeito de formalização da segurança de permanência em um contexto vulnerável levou os parceiros governamentais dos projetos de extensão, notadamente a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, a buscar uma regularização fundiária para Indiana. Como bem observa Edésio Fernandes (2002) ao tratar da legislação fundiária:

⁷ Em agosto de 2014 e em setembro de 2015 -, no âmbito do processo da ação cível colocada pela Defensoria contra a prefeitura municipal, para suspender a demolição das casas desocupadas na Indiana cujos moradores haviam acordado pelo reassentamento.

“Títulos são importantes, sobretudo, quando há conflitos, sejam eles de propriedade, domésticos, familiares, de direito de vizinhança. E também para reconhecer direitos sociopolíticos e para garantir que os ocupantes possam permanecer nas áreas sem risco de expulsão pelo mercado imobiliário, por mudanças políticas que quebrem o pacto sociopolítico gerador da percepção de segurança da posse, ou pela pressão do crime organizado, como tem acontecido em diversas favelas e loteamentos irregulares brasileiros.” (FERNANDES, 2002 p. 23)

A tentativa poderia também ao longo do tempo buscar reverter o padrão excludente de crescimento urbano que se dá hoje na Tijuca, com a presença de inúmeras favelas nas encostas que fazem fronteira em ambos os lados da parte plana do bairro, promovendo tanto quanto possível uma integração socioespacial de Indiana no tecido urbano contíguo.

Apesar do reconhecimento das dificuldades implicadas no processo - até hoje são muito poucos os resultados exitosos de regularização fundiária no Estado do Rio de Janeiro (COMPANS, 2003) - logo no início da atuação conjunta da Universidade com os parceiros dos projetos - Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro e Comissão de Moradores da Indiana -, em maio de 2014, verificou-se a possibilidade de buscar a regularização fundiária da Indiana. Por se tratar de uma área de propriedade particular, a opção foi aplicar a usucapião administrativa ou extrajudicial, um instrumento mais ágil para declaração de propriedade, previsto na lei federal nº 11.977/2009, que instituiu o programa governamental “Minha Casa, Minha Vida”. Este ato legal prevê encaminhamento do auto de demarcação das terras ao Cartório de Registro de Imóveis para posterior outorga de Termos de Legitimação de Posse, que serão convertidos em usucapião extrajudicial. A alternativa de se judicializar se dá apenas na hipótese de o proprietário notificado impugnar o auto de demarcação urbanística confeccionado pelo órgão responsável pela regularização fundiária.

O cadastramento socioeconômico dos moradores de Indiana foi o primeiro passo considerado necessário para realizar o intuito da regularização fundiária. Este é um procedimento usualmente realizado pelo Instituto de Terras e Cartografia, que não contando na ocasião com um contingente suficiente de funcionários para tal, pediu o apoio da Universidade. Alguns aspectos relacionados à atividade e ao resultado aquém do esperado merecem ser destacados: as dificuldades na mobilização dos estudantes para efetivação do apoio, posto sua operacionalização estar sujeita às conveniências de rotina do parceiro governamental responsável pela coordenação, o ITERJ, frequentemente incompatíveis com os compromissos curriculares estudantis; conflito crescente entre aqueles que queriam ser reassentados e os que queriam permanecer na favela, aqueles que eram donos das casas e os que eram inquilinos, apesar dos esforços empreendidos pelos integrantes da Comissão de Moradores da Indiana. No último caso, demonstrando claramente a reprodução do processo de especulação imobiliária ocorrendo na favela, reproduzido por seus próprios moradores, com suas próprias particularidades/ peculiaridades.

Nesta oportunidade, também foi percebido o quanto a planta cadastral da área a ser regularizada - base para reconhecimento das casas da Comunidade, exigência para o cadastramento socioeconômico dos moradores - estava desatualizada, demandando que se procedesse a um levantamento planimétrico. Esta atividade foi realizada por um engenheiro que voluntariamente assistia a Defensoria, com o apoio universitário e da Comissão de Moradores de Indiana. O produto realizado com poucos meios, mas com a assimilação de um conhecimento aprofundado da realidade local, só possível de ser obtido através da contribuição de residentes da Comunidade, foi bastante satisfatório. O material resultante transformou-se em referência obrigatória para qualquer atuação que envolvesse o espaço físico de Indiana.

Simultaneamente ao levantamento planimétrico, os mesmos técnicos envolvidos procederam a um mapeamento da situação de risco das casas da Indiana localizadas nas margens do rio Maracanã, tendo por base estudo feito pelo órgão municipal responsável pela demarcação das faixas de proteção dos cursos d'água na cidade. O mapeamento – revelador da urgência de se contar com instrumentos de urbanização nas favelas - se mostrou também uma ferramenta indispensável para se pensar a regularização da Comunidade.

É igualmente importante ressaltar que os alunos buscaram uma alternativa para que a tarefa que lhes coube não se restringisse a um procedimento unicamente operacional - uma vez que não houve discussão sobre o teor dos questionários aplicados, pré-definidos no âmbito da instituição parceira. Propuseram uma atividade complementar que correspondesse a um diálogo horizontal mais profícuo com a população local. Desse modo, entenderam o cadastramento não só como um passo inicial do processo de regularização fundiária - que se mostrou nos dois meses transcorridos de operacionalização impossível de ser concretizada -, mas como uma oportunidade de se lançar nos propósitos de compartilhamento do conhecimento técnico e a contribuição empírica e tornar a população local em agentes ativos na organização espacial do ambiente construído, previstos e almejados nos projetos de extensão.

3. CONSTRUINDO UMA RELAÇÃO DE CONFIANÇA

3.1 APROXIMAÇÃO COM MORADORES

Desde o início da participação na ação de cadastramento dos moradores da Comunidade Indiana, os estudantes avaliaram que a ferramenta aplicada pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro - um questionário com perguntas fechadas e restritas ao levantamento de dados pessoais à informação sobre o domicílio na favela, sugerindo respostas curtas e diretas - era muito formal e ia de encontro a uma abordagem prevista em uma atuação extensionista baseada na troca de saberes. Assim, apesar de avaliarem que o esforço serviria para ampliar seu conhecimento acerca do espaço físico e social da Comunidade, julgaram relevante efetuar uma atividade que de fato possibilitasse uma aproximação com os residentes. Deste modo, criaram um questionário paralelo complementar para realizar o que chamaram de uma consulta dos saberes orgânicos dos moradores.

A busca pelos saberes orgânicos dos participantes do cadastramento socioeconômico teve o intuito de informalizar nossa visita acrescentando ao questionário do ITERJ, com perguntas afetivas que mapeavam as relações e habilidades dos moradores muitas vezes desvalorizadas. A senhora que fazia o bolo, o rapaz que gostava de funk e a menina que tinha um coelho em casa, enfim toda informação que dissesse respeito a uma vivência compartilhada na Comunidade era valorizada, na crença que assim se daria o início e um incentivo ao processo de empoderamento comunitário, no qual todos os saberes, habilidades e interesses são importantes para a criação da identidade local. O entendimento foi de que a identificação enquanto parte indispensável do coletivo é o primeiro passo na consolidação futura de uma luta comunitária.

A finalização da ação de cadastramento socioeconômico - inconclusa como mencionado no item 2.2 - e da atividade de consulta dos saberes orgânicos foi coroada com o agendamento de um evento voltado não só à confraternização festiva mas também a um diálogo sobre o problema no qual a Comunidade se encontrava envolvida. O cinema visto como uma mídia bastante eficaz na

atração dos moradores foi escolhido como uma ferramenta para tratar de um modo lúdico questões de interesse. O primeiro filme agendado foi o documentário brasileiro “Remoção”, dirigido e roteirizado por Luiz Antonio Pilar e Anderson Quack, vencedor da mostra competitiva de longa metragem documental do RECINE 2013 (Festival Internacional de Cinema de Arquivo). O longa mostra o processo de remoção das favelas durante as décadas de 1960 e 1970 na cidade do Rio de Janeiro e as primeiras experiências de criação de conjuntos habitacionais, revelando facetas variadas, em diferentes comunidades e contextos, do mesmo fenômeno no qual a Indiana de certa maneira se encontrava no momento.

A exibição do filme foi organizada em uma tela de projeção armada na rua com cadeiras postas na área de maior afluxo de moradores, à entrada da favela. Após o filme, houve uma discussão acalorada sobre o tema, na qual os moradores que pretendiam ficar na Comunidade e os que pretendiam sair mostraram suas divergências. O conflito dos residentes revelava-se assim uma vez mais nesse evento de confraternização, apresentando-se como uma desestabilização para a resistência dos moradores, pois o desentendimento gerava uma desunião que dificultava a articulação para lutar justamente contra as remoções, e conseqüentemente dificultava o avanço de um processo colaborativo.

A sessão de cinema foi utilizada também para uma aproximação lúdica, porém educativa, com os moradores infantis - alcançando, no entanto, apenas parcialmente os efeitos desejados. O filme escolhido foi o aclamado longa de animação brasileiro de 2013, “O menino e o mundo”, escrito e dirigido por Alê Abreu, exibido no mesmo local utilizado anteriormente. Apesar de retratar uma história e um cotidiano facilmente identificáveis aos da favela, talvez pela estética simplista e inabitual, ou simplesmente por não ser um filme presente nos seus desejos, não conseguiu atrair a atenção das crianças. Mesmo assim, a atividade revelou-se uma forma de aproximação.

Posteriormente ensaiamos outra forma de aproximação, durante um conselho nacional de entidades estudantis de arquitetura e urbanismo. Nessa ocasião, organizamos na entrada da Comunidade uma roda de conversa sobre “cidade”. No entanto, apesar de estarmos fora do campus, e dentro da favela, a distância entre academia e população se revelou imensa, talvez devido à linguagem empregada naquele momento. A crítica foi construída in loco por uma das estudantes presentes e repercutiu posteriormente em propostas divergentes: adaptar o vocabulário para criar empatia com os moradores ou empregar os termos técnicos com naturalidade para haver uma apropriação dos conceitos com o tempo. A opção adotada foi aplicar as duas estratégias dependendo da sensibilidade na escolha de acordo com o perfil das pessoas com as quais nos comunicávamos, o contexto específico e tendo o cuidado ao inserir novos conceitos, de não recorrer frequentemente a metáforas e analogias.

A experiência nesse evento repercutiu na crítica sobre a linguagem com a qual estávamos habituados a utilizar na academia, para aplicação na extensão. Para trabalhar com a Indiana observamos ser preciso pensar formas de comunicação verbais distintas associadas a formas visuais, só assim há a chance de uma aproximação efetiva. Deste modo, propusemos em outro evento, durante o XXXIX Encontro Nacional de Estudantes de Arquitetura, sediado no Rio de Janeiro, através de uma atividade de forró, voltada para uma consciência corporal e espacial, um jogo sobre a cidade e questões do déficit habitacional. A abordagem lúdica contribuiu para o entendimento dos debates propostos.

Começamos também a investir em atividades nas quais os moradores de todas as faixas etárias desenhassem suas ideias, uma maneira de ver como eles entendiam especialmente a Comunidade. A partir desses desenhos, conseguimos entender também como é a representação para pessoas alheias ao campo da arquitetura e do urbanismo. No fim, percebemos que todas as atividades

desenvolvidas foram afinando a comunicação com a população de Indiana, estreitando os laços com os moradores e construindo ao longo do tempo uma relação de confiança com a comunidade.

3.2 VÍNCULOS E SOLIDARIZAÇÃO

Ao longo dos diversos encontros na Indiana o trabalho extensionista universitário junto aos moradores fortaleceu uma relação de confiança, condição essencial, segundo os integrantes do Abricó - Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da FAU/UFRJ para o desenvolvimento de um trabalho prazeroso e de qualidade. Entende-se ser fundamental na parceria da Comunidade com a Universidade, independente da produção material, o fortalecimento da luta dos moradores, além da busca pela autonomia dos mesmos, com respeito e incentivo ao saber local, com a construção de uma relação que gere uma mobilização em prol da comunidade. Para além desse pensamento há ainda a considerar aspectos relacionados às condições precárias da população de um modo geral situada nos extratos de mais baixa renda no país. A construção de uma parceria com a Indiana exigiu por vezes prestar solidariedade pela difícil situação de vida atravessada por grupos de pessoas ou toda a população.

Assim uma primeira situação de solidarização da Universidade com a Comunidade se apresentou por iniciativa da Associação de Moradores, que entrou em contato com os alunos do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da FAU/UFRJ para convidá-los para ajudar na organização do dia das crianças na Comunidade Indiana. Naquele período existia um conflito entre associação e alguns moradores que fizeram parte da comissão, esses conflitos vinham enfraquecendo a luta dos moradores de uma maneira geral, mas felizmente ao longo da organização do evento conseguiu-se que essas pessoas que estavam se desentendendo se unissem para que fosse possível acontecer as atividades do dia das crianças.

Com o foco no entretenimento das crianças durante o dia os estudantes propuseram algumas atividades que estivessem voltadas principalmente para elas, mas que de certa forma remetesse a questões espaciais da Indiana. Algumas atividades eram de caráter somente lúdico, como o pula-pula montado na rua, disponível durante o dia, mas muitas outras tinham um caráter pedagógico. Foi realizada uma oficina de fotografia e revelação com câmera pinhole. Nela grupos de crianças andavam pela favela buscando lugares interessantes de serem fotografados. Em paralelo aconteceu uma oficina de desenhos e ainda a exposição de uma grande maquete na escala do brinquedo, onde todas as casas estavam representadas e a interação era livre. As casas na maquete podiam ser pintadas e as ruas identificadas. O evento foi complementado com a distribuição de brinquedos para as crianças presentes e foram oferecidos pedaços de dois grandes bolos para todos que estivessem passando pelo local do evento.

O espírito da solidarização dos estudantes do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da FAU/UFRJ também se deu com o suporte dado aos moradores quando das enchentes ocorridas na cidade do Rio de Janeiro no final do ano de 2015. O impacto das chuvas na comunidade foi grande, principalmente nas casas que se localizam nas margens do rio Maracanã e/ou próximas a um estacionamento contíguo à faixa junto às margens do rio, situado em terreno ocupado ao que tudo indica irregularmente. As águas entraram no interior de algumas das casas, carregando e danificando muitos dos bens dos seus moradores. A adesão à feira de doações programada pelos estudantes não teve o alcance esperado, porém conseguiu demonstrar a solidarização com a Comunidade.

Recentemente, a partir do entendimento construído através de uma reunião aberta com a participação de representantes dos moradores da Indiana e dos estudantes do Escritório Modelo

de Arquitetura e Urbanismo da FAU/UFRJ, acerca das dificuldades atuais na Indiana em decorrência da crise econômica e da falta de investimentos públicos, foi organizada uma feira de doações para a Comunidade com o intuito de apoiar o financiamento das obras urbanísticas necessárias na favela. Nessa atividade, considerada bem-sucedida, foram captadas ajudas em termos de materiais de construção utilizados posteriormente pelos moradores para melhorar a pavimentação das vielas. Entretanto, a falta de divulgação do evento no âmbito interno à Comunidade e da própria reunião precedente, por parte da Associação de Moradores da Indiana, deixou clara a dificuldade de transpor problemas que vêm ocorrendo na Comunidade a partir dos desentendimentos entre grupos de liderança internos. Esses são os principais fatores que vêm desmotivando os estudantes a prosseguir com as atividades de campo apesar dos fortes vínculos já construídos com a população local.

4. INICIANDO UM PROCESSO DE PLANEJAMENTO

4.1 MONTAGEM DE DIAGNÓSTICOS

O diagnóstico, muito mais que uma fase introdutória do processo de planejamento, de levantamento de demandas e necessidades, foi compreendido como um momento chave de capacitação e fortalecimento do grupo de moradores participantes, com potencial transformador das dinâmicas social e espacial do território da Comunidade Indiana. Neste sentido, apoiando-se em atividades de participação e contando com a experiência dos moradores, buscou-se destacar: em termos de abordagem temática, aspectos mobilizadores, voltados para uma visão sobre as potencialidades do território e menos em conflitos sócio-espaciais; em termos de linguagem, ferramentas motivadoras e de fácil apreensão; em termos de atitude, transparência e sensibilidade.

A primeira atividade prática de diagnóstico com a participação dos moradores da Indiana - concebida com o intuito exclusivo de integrar-se nessa fase específica do processo de planejamento - aconteceu durante o evento relatado no item 3.2 de comemoração do dia das crianças, apesar das muitas atividades precedentes de observação em campo, reunião com representantes da Comunidade, registros cartográficos e fotográficos e trocas informais com residentes. O material básico de sua realização foi uma maquete executada no laboratório de maquetes da Faculdade. A estratégia pretendida com a atividade foi a de aguçar o reconhecimento espacial dos moradores a partir da exposição e convite ao manuseio do modelo tridimensional. As casas, representadas por peças de madeira, não eram fixadas à base para que os moradores pudessem pegá-las, reconhecê-las, pintá-las e (re) implantá-las na maquete já lhes



DESENVOLVIMENTO CRÍTICO RESISTÊNCIA: QUILAS OS CAMINHOS DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL? 44
Figura 2: Atividade com maquete. Fonte: banco de dados do Abricó EMAU UFRJ.

atribuindo um novo significado. (Ver figura 2)

Foi possível observar maior facilidade nas crianças para identificação de suas casas e dos caminhos que levavam a elas a partir de um ponto de referência - a entrada da Comunidade - sinalizado pelos propositores da atividade. Acredita-se que houve maior resistência dos moradores adultos na interação por se tratar de lidar com algo novo, com o qual eles nunca tiveram contato. O fato é que as crianças entrevistadas não só nas suas residências, mas conseguiram identificar e pintar as principais casas da Comunidade e indicar aos demais participantes as suas localizações. Ao final da atividade, constatou-se que a maquete pelo fato de possuir três dimensões e incorporar o tato na percepção é uma ferramenta em uma linguagem bem mais acessível que o desenho para trabalhar o diagnóstico nos processos participativos. Verificou-se que há, no entanto, alguns aspectos a serem considerados principalmente tendo em conta que o reconhecimento do lugar não foi imediato. Teria sido interessante a execução de uma maquete em uma escala que permitisse a apresentação dos elementos construídos com detalhes, vegetação ou mesmo alguns pequenos marcos do caminho. De qualquer modo, a presença da maquete propiciou uma grande interação entre os participantes de todas as faixas etárias e um estreitamento de relações entre parceiros dos projetos de extensão.

Um “desenho a metro da comunidade” foi uma proposta das próprias crianças a partir da sugestão do uso do desenho com temáticas livres. A ideia do grupo infantil foi retratar o espaço em que viviam e as práticas ali exercidas de acordo com suas percepções. Essa atividade espontânea de diagnóstico foi de extrema importância para mostrar aos participantes a visão infantil do espaço da cidade, muitas vezes ignorada pelos adultos. O desenho produzido é otimista, porém real, e foi resultante de um intenso trabalho coletivo de cooperação. Foi possível verificar que o desenho, ferramenta de trabalho para arquitetos e urbanistas, é difícil de ser utilizado pelos adultos para abordar aspectos sobre o imaginário da moradia, do habitar e do coletivo, pois está associado às brincadeiras de crianças. A experiência com essa ferramenta com adultos, entretanto, mostrou, após tímidas tentativas dos participantes, uma ampla compreensão dos trajetos e de aspectos relevantes dos caminhos.

A busca por uma apreensão coletiva dos aspectos sócioterritoriais, geradora de uma visão identitária local, foi trabalhada em uma atividade de diagnóstico utilizando pictogramas que simbolizavam os pontos negativos (em vermelho), positivos (em verde) e propositivos (em amarelo) levantados anteriormente em reunião com os moradores da Comunidade Indiana. As imagens apresentadas aos moradores, facilmente reconhecidas enquanto potencialidades e problemas, foram distribuídas aos participantes que se dividiram em grupos e percorreram os espaços da comunidade colando os pictogramas nos pontos respectivos relacionados. Assim, de forma fácil e lúdica, foi sendo montado um mapa onde se tornou possível identificar potencialidades e fragilidades urbanísticas no território.

4.2 CONSTRUÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Desde o início da atuação junto aos parceiros governamentais e comunitários verificou-se uma ansiedade muito grande em relação à elaboração por parte da Universidade de um material propositivo que pudesse responder às expectativas de se transformar em um plano de urbanização para Indiana. Muitos mencionavam o caso emblemático da Comunidade de Vila Autódromo, situada em área destinada ao Parque Olímpico na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, cuja resistência era atribuída à possibilidade de apresentação nas discussões de um plano de urbanização participativo elaborado em parceria com o Núcleo de Ensino e Pesquisa em Urgência (NEPUR) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Deste modo, precedendo uma total compreensão do território e das relações estabelecidas, e buscando a criação de novas plataformas e novos suportes para um território transformado e de relações repensadas, dentro de uma realidade imaginada, outra, foram construídas proposições para Indiana no âmbito da academia, em um caráter utópico. Neste sentido, serviu de referência e cautela a afirmação de Lefèbvre:

“A utopia deve ser considerada experimentalmente, estudando-se na prática suas implicações e consequências. Estas podem surpreender. Quais são, quais serão os locais que socialmente terão sucesso? Como detectá-los? Segundo que critérios? Quais tempos, quais ritmos de vida cotidiana se inscrevem, se escrevem, se prescrevem nesses espaços “bem sucedidos”, isto é, nesses espaços favoráveis a felicidade? É isso que interessa”. (LEFEBVRE, 2001).

Para construir proposições para Indiana foi oferecida uma disciplina inserida na grade curricular da FAU-UFRJ, aumentando o número de estudantes envolvidos e a carga horária disponível de professores e alunos, na qual foi proposto o desenvolvimento de uma dentre três frentes de trabalho, originadas de uma dupla motivação: resistência à remoção e melhoria habitacional. O produto previsto na primeira frente foi um plano de urbanização, pensado enquanto necessária ferramenta de informação aos moradores dos seus direitos à permanência e das limitações à utilização de seu território; insumo para futura discussão com setores governamentais responsáveis pelo projeto de urbanização de Indiana. A segunda frente previa a elaboração de projetos para os espaços coletivos da Comunidade, referência para luta pela permanência com qualidade habitacional e criação de uma identidade coletiva local. O material correspondente à terceira frente eram projetos de melhoria nas moradias, objeto de análise dos requisitos mínimos construtivos e espaciais aceitáveis nas casas e insumo para pleitear ou executar benfeitorias nas habitações.

Os produtos resultantes dessa experiência acadêmica foram expostos aos moradores de Indiana em um evento de aproximação e confraternização. Em termos acadêmicos, a iniciativa correspondeu inteiramente ao interesse dos alunos e se mostrou muito enriquecedora, destacando-se o empenho dos estudantes, apesar de dificuldades inerentes às dinâmicas curriculares. Mesmo considerando o caráter utópico do material elaborado, a interação insuficiente entre alunos e residentes na comunidade e limitações técnicas dos produtos, chama a atenção repercussões relativas a alguns desses produtos junto aos parceiros.

Os projetos para espaços coletivos servem até hoje de argumentação para o grupo da Comissão de Moradores de Indiana que reivindica junto à Associação de Moradores uma apropriação coletiva dos espaços antes ocupados por casas demolidas. A proposição referente ao plano de urbanização expõe claramente uma situação difícil de ser discutida na Comunidade, a situação de risco em que se encontra a maioria das casas implantadas na estreita faixa lindeira às margens do rio Maracanã. Hoje há uma expectativa por parte da Defensoria Pública de abrir uma ação cível em nome dos moradores da Indiana para exigir a elaboração de um plano de urbanização para Comunidade protegendo as famílias sujeitas ao risco.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: AVANÇOS E LIMITAÇÕES

A partir da atuação relatada se constituíram alguns avanços consideráveis para a resistência da população residente na Comunidade Indiana. Consolidaram-se parcerias com as entidades envolvidas, e atendendo as solicitações originárias do processo, as chances de demolição arbitrária das casas se tornaram remotas. A permanência daqueles que o desejassem praticamente se

cristalizou. Apesar dos vínculos estabelecidos, os desdobramentos do processo e um aprofundamento no diálogo com a população, entretanto, foram se tornando mais difíceis.

Na esfera acadêmica, destaca-se a importância da vivência e práticas estudantis durante a graduação comprometida com a realidade social e oferecendo espaço para o debate e a produção aberta à sociedade, condizentes com necessidades e demandas reais e capazes de ser apropriadas pela comunidade. A atuação em Indiana propiciou um amadurecimento nos estudantes que integram o Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da FAU/UFRJ, em termos do entendimento das relações sociais envolvidas no projeto de arquitetura e do exercício de trabalho coletivo e da exigência de comprometimento, contribuindo efetivamente na sua consolidação. Por fazer parte de uma rede de escritórios modelo de arquitetura e urbanismo de alcance nacional, abriu-se a chance para uma troca intensa de experiências com estudantes de outras escolas de arquitetura e urbanismo na busca de alternativas para desenvolvimento de uma prática projetual distinta da realizada nos estágios em escritórios.

A experiência também permitiu todo o coletivo a questionar a produção do espaço nas cidades, como sugerido por Lefebvre (2001), identificando o papel de atores - protagonistas e coadjuvantes - neste processo, correspondendo de certo modo à pedagogia emancipatória preconizada por Freire como indispensável (2001). Explorou-se, neste contexto, a necessidade da constituição de um coletivo coeso e com clareza em suas demandas, um grupo capaz, por sua consciência, de propor modificações reais. Esta reflexão trouxe à tona o problema da disjunção destes grupos, destes coletivos e de seus objetivos e agendas.

Apesar das dificuldades no processo participativo de construção de diagnóstico e proposições, por parte do coletivo de um modo geral, houve avanços, pela compreensão clara e com posicionamento crítico, como sugere Vitorio Gregotti (2008). No diagnóstico executado para o território, as informações e dados colhidos foram tratados em conjunto e dentro da complexidade na qual está, cada um, inseridos.

No meio acadêmico, os resultados revelaram-se uma oportunidade de experimentar a aplicação de técnicas diferenciadas para leitura sócioterritorial que envolve a população; para os moradores, na apreensão de qualidades territoriais potencializadoras que se contrapõem aos frequentemente mais destacados problemas sócioespaciais a serem remediados. Por um lado, na proposição de uma linguagem sensível e clara, se expressa o exercício de criatividade e inovação; por outro, na atitude aberta e engajada, o entendimento da relevância em buscar a capacitação e o fortalecimento da população envolvida para tomada de decisões.

Não há dúvida que a ação participativa é a base do processo e que seja necessário cada vez mais tentar clarificar os papéis de técnicos e da população. Como coloca Paulo Freire (2001) na estrutura da experiência a transparência é fundamental. O caráter da atuação deve ser integral abarcando múltiplas áreas, desde aspectos físicos, passando por acompanhamento social - um enorme desafio, melhor resolvido através da integração de campos acadêmicos distintos.

Cabe concluir, que no processo da transferência dialógica dos saberes empreendido na Indiana apresentam-se problemas intrínsecos ao dinamismo da realidade, como mudanças na configuração física da favela e reocupação domiciliar, que impõem dificuldades não impedem uma continuidade no processo. O impasse à continuação de uma atuação da Universidade, no entanto, vem acontecendo em decorrência de conflitos externos e internos à Comunidade. A atuação tem sido minada pela contaminação incontrolável de grupos organizados criminosos, e também pelas lutas de poder expressas nas disputas entre Comissão e Associação de Moradores de Indiana.

Esses fatores estão relacionados certamente a aspectos políticos mais abrangentes que se interpõem na luta pela emancipação do grupo da população mais pobre da cidade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Pedro (org.). *A cidade da informalidade: o desafio das cidades latino-americanas*. Rio de Janeiro: Sette Letras / FAPERJ, 2003.
- COMPANS, Rose. "A regularização de favelas no Estado do Rio de Janeiro". *Revista Rio de Janeiro*, n. 9, p. 41-53, jan./abr. 2003. http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_9/009_041.pdf. Acesso em 25/11/2016.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- FERNANDES, Edésio (org.). *Direito Urbanístico e Política Urbana no Brasil*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
- FERRO, Sérgio. *Arquitetura e Trabalho Livre*. São Paulo, CosacNaify, 2006.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. 25ª ed.
- _____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 43ª ed.
- GREGOTTI, Vittorio. *Território da Arquitetura*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2010. 3ª ed.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- SANTOS, Carlos Nelson F. dos. *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói: Universidade Federal Fluminense/ EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.